

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FLORES, FESTAS E LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ABOLICIONISTA EM PETRÓPOLIS

Lucas Ventura da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho debate sobre a experiência abolicionista na Petrópolis Imperial, tendo como recorte temporal o ano de 1888. A partir de fontes como a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão aos últimos escravizados da cidade, e documentos produzidos pela imprensa, percorreremos a experiência abolicionista em Petrópolis, em 1888, inserida no contexto do processo de emancipação do elemento servil. Além disso, atentaremos nosso olhar para a elite imperial (política e intelectual), presente na solenidade, e suas relações com as demandas abolicionistas, tendo como microcosmo a família imperial e seus interlocutores mais próximos, em especial, os membros da Comissão Emancipadora. Observaremos, dessa maneira, por meio da busca micronominal, o engajamento, assim como, os recursos investidos por esses agentes no processo de abolição. Para isso, voltaremos nosso olhar às redes de sociabilidades que ligavam uns aos outros, bem como, as estratégias, motivações e interesses empreendidos por eles.

Palavras-chave: Petrópolis. Abolicionismo. Abolição.

1- Introdução

O presente texto é um apanhado do trabalho monográfico, do curso de História na Universidade Católica de Petrópolis, sob título *“Por entre flores e festas”: as dinâmicas de abolição e liberdade na Petrópolis de 1888 (2020)*. No processo de pesquisa da monografia, publicamos os resultados preliminares do trabalho nos *Anais do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio*, sob o título *Entre festas e solenidades: o processo de abolição e liberdade na Petrópolis da década de 1880 (2020)*.

A ideia da pesquisa surgiu a partir de reflexões de um estágio de dois anos, realizado em 2019 e 2020, no Arquivo Histórico do Museu Imperial. O trabalho cotidiano na instituição revelou-nos um vasto acervo sobre escravidão, porém pouquíssimo pesquisado. Os fundos documentais sob a guarda do museu são

¹ Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-IFCH-UERJ), com bolsa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Integra os grupos de pesquisa "Fontes Eclesiásticas e História Social" e "A cidade de Petrópolis: múltiplas formas de estudo", vinculados ao CNPq. E-mail: <lucasventura1998@hotmail.com>.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

majoritariamente formados por documentos de caráter privado, de diversas tipologias (diários, cartas, rascunhos, minutas, por exemplo), que nos possibilitam perceber os “bastidores” dos debates políticos, particularmente no Segundo Reinado. Nesse sentido, entusiasmados pela proposta de pesquisa, encontramos um item bastante significativo para os momentos finais da escravidão em Petrópolis. Este item documental direcionou, do ponto de vista das fontes, o trabalho empreendido. Estamos falando da ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão a escravizados da cidade, datada de 1º de abril de 1888².

Além da ata da solenidade, lançaremos mão de outros itens do acervo do Museu Imperial: as atas da Câmara Municipal de Petrópolis, de 1888³; o roteiro da batalha de flores realizada em fevereiro, contendo toda a movimentação do evento⁴; e o *Diário e notas autobiográficas* de André Rebouças, publicado em 1938. Nele é registrada boa parte da movimentação abolicionista em Petrópolis no ano da abolição.

Além disso, serão de suma importância para nós três periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵. São eles: *Almanak Laemmert*, tendo sua primeira edição datada de 1844, o periódico divulgava as condecorações, titulações, administração imperial, legações, indicador alfabético com residências, entre outros, fundamental para compreendermos a organização da corte e o movimento das elites; *Correio Imperial*, gazeta de notícias editada pelos filhos da princesa Isabel com o auxílio de seu preceptor barão de Ramiz Galvão, publicado nos anos de 1887 e 1888, onde trouxeram toda a cobertura dos festejos de cunho abolicionista na Petrópolis de 1888; e o *Mercantil*, jornal local de caráter abolicionista, que registrou o que estava na pauta pública da época, noticiando alforrias, festas, concertos e bailes abolicionistas na cidade.

Buscamos direcionar a pesquisa por meio do arcabouço metodológico proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989, p. 143), o “paradigma indiciário”. Sendo assim, entendemos estes acervos, citados acima, como uma grande reunião de indícios, isto é, um emaranhado de marcas do passado, de rastros que possibilitam o pesquisador

² Cf. I-DMI-01.04.1888-IB.at. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

³ Cf. Livro de Atas da Câmara Municipal de Petrópolis – 20/01/1883-31/12/1889. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

⁴ Cf. I-DLC-[12.02.1888]-CI.BR.d. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

⁵ Cf. Hemeroteca Digital. **BNDigital**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

costurar a narrativa histórica. São os sinais apresentados nas fontes que nos dão subsídio, contribuindo à compreensão do processo histórico por meio da análise dos documentos.

Dito isso, é importante destacar um princípio básico na análise histórica. As fontes não são o passado em si, e sim as suas marcas. Quando estamos diante de um documento histórico, deparamo-nos com indícios e sinais do período de sua produção, período este que não experimentamos em sua materialidade, o qual se apresenta nas fontes por meio de nossas questões. Por isso, é necessário relativizá-las e problematizá-las, uma vez que não falam por si só.

A partir da análise das fontes, portanto, percorreremos a experiência abolicionista em Petrópolis, em 1888, inserido-a no contexto mais amplo do processo de emancipação do elemento servil. Além disso, atentaremos nosso olhar para os agentes da elite imperial (política e intelectual), presente na solenidade, e suas relações com as demandas abolicionistas, tendo como microcosmo a família imperial e seus interlocutores mais próximos, em especial, os membros da Comissão Emancipadora. Observaremos, dessa maneira, por meio da busca micronominal, o engajamento, assim como, os recursos investidos por esses atores no processo de abolição. Para isso, voltaremos nosso olhar às redes de sociabilidades que ligavam uns aos outros, bem como, as estratégias, motivações e interesses compreendidos por eles.

2- As flores e as festas na Petrópolis de 1888

Falar das experiências locais do abolicionismo no século XIX no Brasil, leva-nos a pensar sobre as movimentações em âmbito nacional. Certamente, as dinâmicas abolicionistas que aconteceram em Petrópolis no final da década de 1880 tinham forte conexão com as experiências nacionais, sobretudo do ponto de vista político, uma vez que, a cidade nesse momento se apresentava como microcosmo da corte imperial. Não conseguiremos dar conta, nesse pequeno texto, de falar sobre o contexto histórico mais geral, no entanto, destacamos que é necessário problematizar o processo de emancipação do elemento servil em Petrópolis em perspectiva histórica, inserindo-o na conjuntura de contestação da escravidão que já estava em curso na segunda metade do século XIX no Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No primeiro contato com os documentos do acervo do Museu Imperial, principalmente, a ata da solenidade de libertação e as atas da Câmara Municipal, poderíamos supor que o festejo de 1º de abril de 1888, data da abolição em Petrópolis, seria resultado de um processo que já estava em curso. Dessa maneira, buscamos outras fontes que pudessem nos ajudar a pensar nesse contexto petropolitano, sobretudo, nas agitações anteriores a abril. Para nossa surpresa, a partir da documentação produzida pela imprensa, tivemos contato com uma efetiva dinâmica abolicionista na cidade no ano de 1888, dinâmica essa que trazia uma série de outros interesses e que estava além do *ethos* da sociedade de corte, tendo a solenidade de emancipação como a culminância desse processo.

As movimentações evoluíram uma série de agentes e entidades, como a família imperial, nas pessoas da princesa Isabel, conde d'Eu e seus filhos; a Comissão Emancipadora; imprensa; instituições de ensino e comércio; e representantes de legações estrangeiras presentes na cidade em 1888. Os periódicos analisados foram: *Correio Imperial*, gazeta de notícias editada pelos pequenos príncipes, netos de d. Pedro II, com o auxílio de seu preceptor; e *Mercantil*, jornal local de caráter abolicionista.

Uma nota publicada da edição nº 3 do *Correio Imperial*, de 11 de janeiro, deu início aos movimentos de 1888. Nesse texto, escrito por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, barão de Ramiz Galvão, preceptor dos filhos da princesa Isabel, propôs para o carnaval de Petrópolis um programa distinto de anos anteriores que se diferenciava do entrudo: a Batalha de Flores, festejo inspirado no carnaval das cidades de Nice e Cannes na França. Consistia em uma festa que envolvia arquibancadas, carros enfeitados de flores e, certamente, o que dá nome ao evento, a batalha de tiros com pequenos ramalhetes de flores. Esta edição nº 3 apenas propõe o evento para o carnaval daquele ano, ainda não fazendo menção ou quaisquer referências a emancipação na cidade, essa relação só aparecerá posteriormente.

Além da Batalha de Flores ocorreram outros eventos contexto dos festejos do carnaval naquele ano. Essas festas foram fundamentais para o Fundo de Emancipação de Petrópolis em 1888. O baile de 11 de fevereiro no Hotel Bragança deu uma receita de 2:155\$000 (dois contos, cento e cinquenta e cinco mil réis) e despesa de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis); a Batalha de Flores, receita de 514\$790 (quinhentos e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

quatorze mil e setecentos e noventa réis) a despesa não foi possível identificar; baile popular do Salão da Floresta, receita de 513\$080 (quinhentos e treze mil e oitenta réis) e despesa de 43\$100 (quarenta e três mil e cem réis); baile das crianças no Palácio de Cristal, receita 796\$500 (setecentos e noventa e seis mil e quinhentos réis) e despesa de 138\$500 (cento e trinta e oito mil e quinhentos réis); baile no Hotel Orleans 594\$000 (quinhentos e noventa e quatro mil réis) e despesas de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). Totalizando 3:821\$770 (três contos, oitocentos e vinte e um mil e setecentos e setenta réis), sem contar os donativos avulsos, em prol da emancipação em Petrópolis. Vale dizer que esse valor é apenas dos festejos de carnaval.⁶

É importante destacar que as festas para em prol da abolição continuaram a acontecer e por meio das fontes periódicas foi possível realizar um levantamento com todos os eventos e suas respectivas datas, conforme anexo.

Passadas as comemorações, o esperado dia, a entrega das alforrias finalmente aconteceu. A solenidade de entrega dos títulos de liberdade de 1º de abril de 1888 teve intensa repercussão na imprensa local e da corte.

Para compreensão desse momento, algumas fontes foram indispensáveis, como os periódicos da imprensa local, já citados, e a ata da solenidade⁷ lavrada pelo conselheiro José da Silva Costa. A partir desses documentos, principalmente das assinaturas da ata, percebemos que a sociedade de corte, o “núcleo duro” da elite social e política estavam presentes. São eles: princesa Isabel, conde d’Eu e seus filhos d. Pedro, d. Luiz e d. Antônio (na época, com sete anos de idade, não sabia escrever e assinou apenas com a inicial de seu nome); ministros plenipotenciários das legações estrangeiras; os mais eminentes integrantes do movimento abolicionista do período, André Rebouças e José do Patrocínio; o presidente do Conselho de Ministros, que viabilizou a aprovação da Lei Áurea poucas semanas depois, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira; o ministro de Negócios do Império, conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior; o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que apresentou o projeto da Lei Áurea no Senado e assinou juntamente com a princesa regente, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, entre outros.

⁶ **BNDigital**: Correio Imperial (1887-1888), ed. 20, 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/813222/20>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

⁷ I-DMI-01.04.1888-IB.at. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em virtude do que desenvolvemos até aqui, fica evidente que Petrópolis passou por uma efetiva experiência abolicionista no ano de 1888. As movimentações ocorridas na cidade foram bastante simbólicas para o processo de emancipação do elemento servil em nível nacional, sobretudo se olharmos para a repercussão que teve a Batalha de Flores no campo político da corte, sendo um dos motivos, como mostrou Eduardo Silva (2003), em *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação em história cultural*, relacionados à queda do gabinete Cotegipe. Desse modo, a partir de nossa pesquisa, defendemos que as movimentações na cidade estão para além das formalidades de corte, e sim inseridas numa lógica de estratégia política.

No total, foram 17 manifestações públicas para a abolição, entre festas, bailes, teatros e concertos no ano de 1888, de fevereiro a abril, em Petrópolis (ver anexo). É importante dizer que a “cidade de Pedro” não estava, como nada na história, deslocada no tempo. Por isso, é necessário incluí-la em um contexto mais amplo de contestação da ordem que já acontecia com intensidade, desde a formação do movimento abolicionista, no final da década de 1860.

3- A comissão e seus membros: engajamento político e estratégia de mobilidade

Neste tópico discutiremos sobre os responsáveis por organizar as festas, bailes, concertos e solenidades em prol da abolição em Petrópolis, a Comissão Emancipadora. Durante o trabalho, encontramos questões interessantes a respeito desse grupo indispensáveis para compreensão do processo de emancipação do elemento servil na cidade.

Com a análise da ata de 1º de abril de 1888, juntamente com os periódicos, identificamos um ponto que não podíamos deixar passar. Vimos que os membros da Comissão Emancipadora mantinham relações de proximidade com a família imperial, na maioria, pessoas que permaneceram fiéis à família até no exílio, com o advento da República. Esses dados nos deram margem para problematizar as redes de relações nas quais estavam inseridos, as motivações e os interesses empreendidos por esses agentes.

Observar os componentes da Comissão Libertadora apresenta-se como ponto importante para entendermos as características do abolicionismo em Petrópolis. Assim,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nossa proposta na monografia foi de pensar e debater o perfil social de cada membro, quem eram e o que faziam.

Para nos ajudar na construção do debate, o método onomástico instrumentalizou nossa tarefa, fazendo do nome o fio condutor da análise. A busca micronominal por indícios, bem como, o cruzamento de fontes de naturezas diversas, permite-nos perceber as redes de relações que envolviam os agentes sociais.

Ginzburg (1989) em “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, publicado no livro *A micro-história e outros ensaios*, defende que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175). Portanto, costurar os fios por meio dos rastros deixados pelos integrantes da comissão é uma tarefa importante para nós, pois, dessa maneira, é possível visualizar a rede que conectava os agentes, compreender os meandros, os contatos, estratégias e interesses daqueles que estiveram na linha de frente na organização das festas, concertos e bailes em prol da abolição em Petrópolis no ano de 1888.

É indispensável afirmar que as sociabilidades e estratégias empreendidas por esses atores não diminuí, desqualifica ou os fazem ser menos ou mais abolicionistas. Pensando com o antropólogo norueguês Fredrik Barth – a partir do historiador francês Paul-Andre Rosental, no texto “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’” – temos que ficar atentos a heterogeneidade do mundo social, “cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos de que ele dispõe” (ROSENTAL, 1998, p 155-156). Portanto, como veremos, percebendo essa teia de malha fina que ligava os agentes nesse complexo tecido social (GINZBURG, 1989, p. 175), podemos dizer que a Comissão Libertadora atuou no processo de abolição com os recursos que cada membro possuía, nos lugares que ocupavam. Nesse sentido, tudo isso nos mostra a complexidade dessa sociedade imperial que se apresentou no Brasil do século XIX, a qual se mobilizou na emancipação do elemento servil na Petrópolis de 1888.

3.1 - Comissão Emancipadora de Petrópolis: relações e sociabilidades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por meio da ata de 1º de abril e das fontes periódicas, *Mercantil* e *Correio Imperial*, foi possível saber quais eram os membros da Comissão Emancipadora. São eles: Dr. José da Silva Costa; Barão de Ipanema; José Francisco Bernardes; Claudio José da Silva; Pandiá Calógeras; João Mendes Salgado; e João de Sousa da Fonseca Costa, então barão da Penha.

Com base, sobretudo, no *Almanak Laemmert* no texto final da monografia de conclusão de curso foi possível traçar uma breve trajetória dos membros. Vimos que havia características que uniam e aproximavam os membros da Comissão Emancipadora, destacamos dois pontos principais: primeiro, são integrantes das elites, política, intelectual e comercial, tanto da corte quanto local; e, segundo, a proximidade dos componentes com a família imperial. É importante ressaltar que todos da comissão tinham algum destaque e notoriedade em diversos campos sociais no Brasil do século XIX. Outro ponto que nos chamou a atenção, foi a questão da agraciação de título nobiliárquicos e ordens honoríficas.

Após o processo de abolição em Petrópolis, quatro dos sete membros receberam títulos, e dois dos sete, receberam o grau de comendador; o que em primeiro momento, denotou e nos fez levantar uma hipótese que essas honrarias estavam relacionadas ao engajamento e participação na emancipação. No decorrer da pesquisa, percebemos que as seis “graças”, somando os títulos e ordens, foram concedidas em dois dias distintos: em 20 de junho de 1888, visconde da Penha (com grandeza) a João de Sousa da Fonseca Costa e barão de Corumbá a João Mendes Salgado; e em 5 de julho de 1888, barão de Ipanema (com grandeza) a José Antônio Moreira Filho, barão de São Joaquim a José Francisco Bernardes e comendador da Imperial Ordem da Rosa a Pandiá Calógeras e Claudio José da Silva. Dessa maneira, a partir do exposto, tudo nos leva a crer que as agraciações tinham forte relação com a participação como membros da Comissão Eman

Tanto os titulares quanto os condecorados por ordens honoríficas, podemos dizer, ocupavam os níveis mais altos da sociedade. Ser nobre no Brasil oitocentista era um privilégio para poucos. Sendo assim, vale destacar que, uma titulação era símbolo de nobilitação e prestígio e “nunca era um favor despercebido e, quase nunca, um mimo da coroa sem contrapartida” (CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 809). A concessão, portanto, trazia implícita uma série de interesses e estratégias.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

D. Isabel nobilitou 166 pessoas ao longo de suas regências. A princesa esteve à frente do Império em três momentos, o primeiro de maio de 1871 a março de 1872, o segundo de março de 1876 a setembro de 1877, e o terceiro de junho de 1887 a agosto de 1888.⁸ “É nítida a evolução das titulações. Na primeira regência, jovem e inexperiente, são pouco mais de uma dezena; na segunda, quase cinquenta pessoas e na terceira mais de cem” (CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 810).

Como apontamos, os membros da Comissão Emancipadora de Petrópolis que receberam títulos, foram agraciados na última regência, no contexto da abolição. Visto isso, não podemos perder a dimensão que nesse período estava no horizonte de expectativas da Monarquia o terceiro reinado, tendo Isabel na condição de imperatriz. Nesse sentido, alargar a nobreza titulada, pode nos indicar uma espécie de estratégia de legitimação e fidelização por parte da princesa. Seguindo essa lógica, podemos pensar também nos integrantes da comissão. Engajar-se no abolicionismo, fazendo parte de um grupo que tinha por característica relações de proximidade com a família imperial, pode nos indicar como estratégia em ascensão social, por mais que existissem componentes que já gozassem de projeção e notoriedade.

A partir de nossa pesquisa, podemos dizer que nessa conjuntura todo espaço de experiência da princesa Isabel e da comissão, pelo menos em sua maioria, tinham como horizonte de expectativas a continuidade da monarquia. Se olharmos para trajetória dos integrantes, veremos que os mais próximos da família não aderiram a República, como João de Sousa da Fonseca Costa, visconde da Penha; seu genro Pandiá Calógeras; José da Silva Costa; João Mendes Salgado, barão de Corumbá; e José Francisco Bernardes, barão de São Joaquim.

Portanto, com base no exposto, conseguimos visualizar uma teia de malha fina que ligava os membros da Comissão Libertadora em um complexo tecido social (GINZBURG, 1989, p. 175), e que esses integrantes atuaram no processo de abolição com os recursos que possuíam, nos lugares que ocupavam. O engajamento desses agentes sociais denota estratégia de sociabilidade, por um lado reforçando seus lugares sociais, e por outro buscando uma mobilidade ascendente. Como já indicamos no início do tópico, é necessário defender que as sociabilidades e estratégias empreendidas por

⁸ Dados consultados no livro *Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de d. Isabel do Brasil*, já citado.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esses atores, como vimos, não diminui, desqualifica ou os fazem ser mais ou menos abolicionistas. Tudo isso nos mostra tamanha a complexidade dessa sociedade imperial que se manifestou no Brasil do século XIX, a qual se mobilizou pela abolição em Petrópolis no ano de 1888.

4- Considerações finais

Nosso escopo foi debater sobre a experiência do abolicionismo em Petrópolis, tendo como foco de análise as elites envolvidas. Desse modo, nossa pesquisa, além de contribuir para a historiografia pretropolitana, apresenta-se como denúncia, no sentido de colocar em evidência a existência de escravizados na cidade, contribuindo e instigando à discussão pública sobre suas trajetórias.

Para entendermos a abolição em Petrópolis é necessário pensarmos, principalmente, no que estava acontecendo fora da cidade, em outras experiências. No contexto mais amplo do processo de emancipação do elemento servil no Brasil, a contestação da escravidão tornou-se intensa com a formação do movimento abolicionista brasileiro, nas décadas de 1860-1870. Nesse sentido, a experiência petropolitana não pode ser encarada como um fato isolado, é fundamental que seja inserida nos debates que já estavam acontecendo em pleno vapor. Dessa maneira, fica clara a necessidade de problematizar o processo de abolição em Petrópolis em perspectiva histórica.

As nossas reflexões surgiram a partir do estágio realizado no Arquivo Histórico do Museu Imperial. No cotidiano da instituição, do convívio, do diálogo com os demais pesquisadores, deparamo-nos um vasto acervo sobre escravidão, porém pouco pesquisado. Em meio a essa documentação, encontramos um item bastante significativo para os momentos finais da escravidão em Petrópolis: a ata da solenidade de entrega de títulos de remissão a escravizados da cidade, datada de 1º de abril de 1888.

No entanto, além da ata, os documentos produzidos pela imprensa foram de suma importância para percebermos as movimentações em Petrópolis no ano de 1888. Podemos afirmar, assim, que a abolição na cidade foi vastamente documentada por entre atas e jornais da época. Como é possível encontrar no anexo, a partir do *Correio Imperial* e *Mercantil*, identificamos o total de 17 manifestações públicas para a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

abolição, entre festas, bailes, teatros e concertos no ano de 1888, de fevereiro a abril, em Petrópolis. Portanto, fica evidente que a cidade passou por uma efetiva experiência abolicionista no ano de 1888.

As movimentações ocorridas na cidade foram bastante simbólicas para o processo de emancipação do elemento servil em nível nacional, sobretudo, se olharmos para a repercussão que teve a Batalha de Flores no campo político da corte, sendo um dos motivos, como nos mostrou o historiador Eduardo Silva (2003), relacionados à queda do gabinete Cotegepe.

Com a análise da ata de 1º de abril de 1888, juntamente com os periódicos, identificamos um ponto que deveríamos colocar em questão. Vimos que os membros da Comissão Emancipadora – grupo responsável pela organização das festas, bailes e concertos que angariaram donativos e subscrições para o Fundo de Emancipação, possibilitando a compra dos títulos de liberdade, os quais foram entregues no dia 1º de abril de 1888 no Pavilhão Hortícola e Agrícola, o Palácio de Cristal – mantinham relações de proximidade com a família imperial, na maioria, pessoas que permaneceram fiéis à família até no exílio, com o advento da República. Esses dados nos forneceram subsídios para problematizar as redes de relações nas quais estavam inseridos, as motivações e os interesses empreendidos por esses agentes.

Vimos que todos os componentes da comissão possuíam alguma ordem honorífica ou título nobiliárquico, em alguns casos os dois juntos, sendo que parte dessas honrarias foram concedidas no pós 1º de abril, isto é, após a abolição em Petrópolis.

Portanto, a partir do exposto, tudo nos leva a crer que as agraciações tinham forte relação com o engajamento dos membros da Comissão Emancipadora. Os integrantes do grupo que receberam ordens e títulos, foram agraciados na última regência de Isabel, no contexto da abolição. Sendo assim, não podemos perder a dimensão que nesse período estava no horizonte de expectativas da Monarquia o terceiro reinado. Nesse sentido, alargar a nobreza titulada, pode nos indicar estratégia de legitimação e fidelização por parte da própria princesa. Seguindo essa lógica, precisamos pensar também nos integrantes da comissão. Engajar-se no abolicionismo, fazendo parte de um grupo que tinha por característica relações de proximidade com a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

família imperial, pode sinalizar um recurso importante para obtenção de prestígio e mobilidade social ascendente, tanto no momento em que estavam, ano de 1888, quanto no possível terceiro reinado.

Em vista do que vimos até aqui, podemos afirmar que começamos a dar os primeiros passos na pesquisa. O presente trabalho trouxe mais questões e reflexões do que respostas prontas. Dessa forma, no processo de investigação, se existe a verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, mas o ponto de chegada. A pesquisa precisa continuar. Muito ainda temos para descobrir e discutir sobre novas questões, problemáticas e meandros do processo de abolição na Petrópolis Imperial.

5- Referências

5.1 - Fontes documentais

Fundação Biblioteca Nacional/Secult/Ministério do Turismo

ALMANAK LAEMMERT. Hemeroteca digital/BNDigital.

CORREIO IMPERIAL (1887-1888). Hemeroteca digital/BNDigital.

MERCANTIL (1872-1892). Hemeroteca digital/BNDigital.

Museu Imperial/Ibram/Secult/Ministério do Turismo

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

I-DLC-[12.02.1888]-CI.BR.d. Programa da [1ª] Batalha de Flores em Petrópolis a ser realizada no domingo de Carnaval [12/02/1888]. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

I-DMI-01.04.1888-IB.at. Ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão dos estados-livres de Petrópolis, lavrado pelo Dr. José da Silva Costa. Petrópolis, 01/04/1888. Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

5.2 - Fontes bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. **Catálogo – Manuscritos relativos à escravidão**. Petrópolis: Fundação Nacional Pró-Memória/Museu Imperial, 1990.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174454>>. Acesso em: 05 set. 2020

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes/INL, 1976.

NABUCO, Joaquim. “O abolicionismo”. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2010. p. 35-109.

REBOUÇAS, A. **Diário e notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

5.3 - Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ASSIS, Cátia da Costa Louzada de. **Fundo de Emancipação e famílias escravas: o município neutro na Lei de 1871**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERTRAND, Michel. “Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial”. In: **Revista de história**, n.13, I Semestre 1999. Instituto de história de Nicarágua y Centroamerica.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: **a elite política imperial**. Teatro de sombras: **a política imperial**. 12. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2019.

CERQUEIRA, Bruno Antunes de; ARGON, Maria de Fátima Moraes. **Alegrias e Tristezas**: estudos sobre a autobiografia de d. Isabel do Brasil. São Paulo: Linotipo Digital, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. 2ª ed. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Global, 1994.

_____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Da senzala à colônia**. 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil no século XIX”. In: _____. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, p. 123-144.

DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos**. 2004. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. **Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da Tapera**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

FILHO, Oazinguito Ferreira da Silveira. **Escravidão e abolição em Petrópolis**. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ofsf20111203a.htm>. Acesso em: 14 fev. 2020.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____ (et.al). **A micro-história e outros ensaios**. Tradução: António Narino. Rio de Janeiro: Bertran Brasil/DIFEL, 1989. p. 169-178.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. “A escravidão e a economia no século XIX”. In: _____. **Escravidão no Brasil**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 89-128.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas: história do, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo da abolição**. São Paulo: EDUSP, 2018.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. 3ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PITZER, Renato Rocha. “Produção e reprodução: as famílias escravas na agricultura fluminense (1835-1885) - uma perspectiva comparativa”. **Revista Arrabaldes: por uma história democrática**, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p. 30-48, maio/agosto 1988.

ROSENTAL, Paul-Andre. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV: 1998. p. 151-172.

SANTOS, Alexandra. **Os de dentro e os de fora: Identidade e agenciamento dos quilombolas de Tapera – Petrópolis/RJ**. 2016. 186f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Camila Borges da. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. 2014. 448 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lucas Ventura da. **“Por entre flores e festas”: as dinâmicas de abolição e liberdade na Petrópolis de 1888**. 2020. 85f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Anexo – Calendário de festas, bailes, concertos e solenidades em prol da abolição em Petrópolis em 1888

Data:	Evento:
11/02/1888	Baile no Hotel Bragança (sábado de carnaval).
12/02/1888	Batalha de Flores 2\$000 (domingo de carnaval).
13/02/1888	Baile popular – Salão Floresta 1\$000 (segunda-feira de carnaval).
14/02/1888	Baile de crianças (terça-feira de carnaval).
14/02/1888	Baile no Hotel Orleans para a diplomacia (terça-feira de carnaval).
19/02/1888	Apostas em Hipódromo em favor da emancipação.
26/02/1888	Baile popular.
26/06/1888	Primeiro concerto em prol da abolição (Hotel Bragança).
10/03/1888	Segundo concerto em prol da abolição (Hotel Bragança) – Não aconteceu em função da morte de Guilherme I, imperador da Alemanha.
11/03/1888	Primeira conferência sobre abolição (Hotel Bragança).
14/03/1888	Baile em comemoração ao aniversário da imperatriz, d. Tereza Cristiana, no salão <i>Pique-Nique</i> . As entradas foram aplicadas na libertação dos escravos.
17/03/1888	Baile no salão <i>Pique-Nique</i> .
17/03/1888	Segundo concerto no Hotel Bragança que não pode acontecer no dia 10/03.
26/03/1888	Arrecadação de donativos com alunos e alunas de escolas públicas e subvencionadas de Petrópolis.
01/04/1888	Solenidade de entrega dos títulos de remissão (Pavilhão Hortícola/Palácio de Cristal).
S/D	Teatro no Salão da Floresta.
S/D	Teatro de bonecos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*O calendário acima foi construído com base em nossas leituras das edições dos jornais *Mercantil* e *Correio Imperial*, de janeiro até maio de 1888, ambos disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional; e no *Diário e notas autobiográficas* de André Rebouças, publicado em 1938.